

# ***FORMAS DE PERSUASÃO E CONTROLE DOS TRABALHADORES DOS TRABALHADORES DOS ENGENHOS NO IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO (ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO 1884-1893).***

Por Maria Emília Vasconcelos dos Santos

## **Resumo:**

O objetivo fundamental deste artigo é tratar dos trabalhadores que atuaram no mundo dos engenhos, em uma conjuntura pré-abolição e pós-escravidão, a partir de um diálogo com os processos judiciais e registros policiais. Discutimos as relações estabelecidas entre os trabalhadores e os mecanismos utilizados pelos empregadores, senhores ou prepostos para explorar a força de trabalho de seus empregados e controlá-los, isso nas últimas décadas do século XIX, na Mata Sul de Pernambuco.

**O**s senhores de engenho ficaram atentos aos projetos, aos debates e à atuação dos escravos e libertos ao longo da década de 1880, notadamente, nas questões que envolveram o fim da escravidão na lavoura açucareira. Eles protagonizaram maneiras de gerir e de controlar o trabalho dos cativos e ex-cativos, com o objetivo de fazer prevalecer os interesses senhoriais e preservar a força de trabalho sob sua tutela. Temos, por exemplo, a lei do ventre livre, que garantia aos proprietários a guarda dos ingênuos até os 21 anos de idade. Medidas como essa foram adotadas para reafirmar direitos senhoriais sobre ex-escravos e para conduzir os

libertandos, considerados por alguns contemporâneos como despreparados para a liberdade. A situação da província pernambucana nas últimas décadas do século XIX não se resumia às questões levantadas pela Abolição. A economia açucareira estava enfraquecida, obrigando os plantadores a aumentar o uso da mão de obra e reduzir o salário pago aos diaristas.<sup>1</sup> No dia a dia dos engenhos, diversas estratégias foram implementadas para garantir a estabilidade da força de trabalho na região.

---

<sup>1</sup> ZACARIAS, Audenice Alves dos Santos. *Legalidade e autoridade: a implantação da República no Estado de Pernambuco (1889-1893)*. Dissertação de Mestrado, UFPE, Recife, 2009.

O trabalho na lavoura canavieira, durante o período da safra, exigia que os seus trabalhadores fossem submetidos a rígidas disciplinas de trabalho. A pessoa responsável por supervisionar todas as atividades ligadas ao serviço do eito no interior dos engenhos era o feitor e essa nomenclatura permaneceu no período pós-abolição, pelo menos na documentação por nós acessada.

Os feitores possuíam diversas atribuições no exercício de suas funções. Entre elas, a de expulsar escravos fugidos oriundos de outras propriedades, manter a organização dos trabalhos e competia também a ele zelar pela conservação dos equipamentos e da estrutura física do engenho. De acordo com o Barão de Goicana, um feitor teria de ter uma postura enérgica, notadamente, quando gerisse os serviços desempenhados por pessoas livres.<sup>2</sup> O feitor tinha um papel chave para conduzir as tarefas do engenho podendo, inclusive, executar expulsões ordenadas pelo dono do engenho com a prerrogativa de usar de violência contra os trabalhadores. Nem sempre os feitores agiam conforme a lógica senhorial, por vezes eles escondiam as pequenas transgressões dos trabalhadores sob seu comando e assim impediam represálias senhoriais sobre os que cometiam furtos ou se afastavam do trabalho por alguma razão.

O feitor tinha que executar as ordens do proprietário, chamar a atenção dos trabalhadores que porventura estivessem dispersos e não cumprissem com suas obrigações. Todas essas responsabilidades demonstram uma tentativa de controlar as tarefas realizadas pelos trabalhadores, ou melhor, desejava-se demarcar de forma clara a

separação entre tempo de trabalho e tempo livre. Desse modo, evitavam-se eventos que atrapalhassem o descanso dos trabalhadores no interior das propriedades agrícolas. As autoridades empenharam-se para que seus dirigidos se tornassem trabalhadores livres laboriosos, bem comportados. Procurava-se inculcar o hábito do trabalho disciplinado e regular entre os trabalhadores, pois, estando mais descansados, teriam melhor desempenho no serviço.

As pessoas responsáveis pela gerência dos trabalhadores nos engenhos barganhavam bom comportamento dos seus subordinados ao “ceder” autorização para que à noite eles realizassem reuniões. E, desse modo, pretendiam ganhar a gratidão dos trabalhadores que deveriam retribuir também com bom comportamento. Sendo assim, eles se reuniam nos locais de moradia para conversar, cantar, brincar, dançar e consumir bebidas alcoólicas. Tais reuniões por vezes terminavam com o envolvimento em brigas e confusões. Mas também, nessas ocasiões, poderiam desenvolver um senso de comunidade ou identidade, como a de trabalhador de engenho que passava pelas mesmas agruras.

As reuniões, algumas delas festivas, nem sempre acabavam de forma cordial, mesmo entre pessoas que tinham uma relação mais próxima, dentro ou fora do ambiente de trabalho. Por exemplo, em fevereiro de 1877, Simplício dos Santos e Manoel Francisco de Santana, moradores do Engenho Amizade, em Escada, saíram juntos para um divertimento no Engenho Soledade em Ipojuca e, sem motivo justificado, os dois brigaram e se agrediram com facadas e cacetadas.<sup>3</sup>

<sup>2</sup> GOUVÊA, Fernando da Cruz. “O Barão de Goicana e seu Diário”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. L, Recife, 1978, p. 187.

<sup>3</sup> Ofício da Delegacia de Escada 05 de fevereiro de 1877, folhas sem numeração, Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, nº 130 (1877-1887), APEJE.

Durante o tempo de folga, os trabalhadores livres e libertos, antes de 1888 e depois da abolição, aproveitavam para se socializar com familiares e amigos, cultivar roças, viajar além dos limites dos engenhos, receber pagamento por trabalho extra, ou participar de festa com música e dança.

Embora essas atividades tivessem propósitos e funções diversas, essas ocasiões serviam para reforçar as relações sociais e para se falar de assuntos cotidianos. Entretanto, não devemos ignorar a importância desses momentos de sociabilidade, pois eles poderiam ser politicamente perigosos se o cenário apropriado surgisse para traduzir ideias em ações.

No contexto social do final da escravidão e da ampliação da incorporação de formas de trabalho livre, emergiu a questão do controle sobre o tempo e a mobilidade dos trabalhadores livres. Essa mudança pode ser analisada no mesmo sentido proposto por Thompson, que argumentou que a mudança social ocorrida com a introdução da organização da produção capitalista impôs uma severa reestruturação dos hábitos de trabalho, produzindo novas disciplinas orientadoras das atividades dos trabalhadores, em especial dos ritmos de trabalho e da noção do tempo.<sup>4</sup>

De acordo com Robert Slenes, para quem viveu no final do século XIX, o disciplinamento do trabalhador livre não acontecia segundo um processo natural, mas dependia da tutela da burguesia e do Estado.<sup>5</sup> O autor menciona ainda que:

*Na Europa e nos Estados Unidos nesse período, os grupos dominantes e os intelectuais e profissionais a eles ligados elaboraram estratégias para levar a “disciplina ao domicílio”, como parte de uma tentativa de criar novos valores entre as classes populares, permitindo dessa forma um controle mais eficaz sobre seu trabalho.<sup>6</sup>*

Slenes apontou para as mudanças nas ações disciplinares vividas no Brasil em fins do século XIX, notadamente no processo que comportou práticas de trabalho escravo e de trabalho livre, que sem dúvida, contribuíram para a conformação social do trabalhador nacional.

O segundo elemento que nos leva a crer que nos estabelecimentos produtores de açúcar buscava-se controlar o tempo livre dos trabalhadores é o fato de o feitor morar próximo às residências reservadas aos trabalhadores. Os alojamentos tornaram-se importantes locais de conagração e discussão entre os empregados dos engenhos. Nesse espaço, os trabalhadores expunham suas insatisfações uns aos outros e pensavam em alternativas para os seus problemas. Além de um local físico, o alojamento também é um local social, ou seja, um espaço destinado para o descanso e o controle dos trabalhadores. O feitor tinha ainda que garantir a vigilância do alojamento, o silêncio durante o período de descanso, proibir a ingestão de bebidas alcoólicas, punir os trabalhadores que desrespeitassem as normas estabelecidas, tudo isso para garantir a produtividade dos trabalhadores.

A regularidade na escrita da palavra “feitor” não nos dá a dimensão dos movimentos dos seus significados ao longo do tempo. Ser feitor antes e depois da abolição, de acordo com os ofícios policiais e processos judiciais, apresentou

<sup>4</sup> THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. *Costumes em comum*. São Paulo: Schwarcz, 1998.

<sup>5</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p.141.

<sup>6</sup> Idem.

mudanças no comportamento de quem exercia esta função junto aos sujeitos do seu entorno. Tal ocupação não foi exercida de maneira constante, mas seguramente nos dois momentos ser feitor comportava exercer grande autoridade sobre os seus subordinados, vigiar e gerir os seus trabalhos. Luiz Alberto Couceiro, por sua vez, argumenta que durante a escravidão os feitores tinham liberdade para punir os escravos com maior violência, já para os homens livres outras regras de negociação das condições de trabalho eram utilizadas.<sup>7</sup> Supomos que a diferença se deu na diminuição da possibilidade de se punir os trabalhadores com castigos físicos mais severos no pós-abolição. Por fim, tal designação ocupacional comportou novos significados ao longo do tempo e articulou-se de acordo com as mudanças que as relações sociais operaram.

As festividades e os hábitos de lazer como os jogos de azar, o consumo de bebidas em excesso faziam parte da vida social dos trabalhadores, no entanto eram consideradas prejudiciais para o andamento das atividades laborais. Quando as atividades do tempo de lazer ocorressem, deveriam ser autorizadas, controladas e, em algumas ocasiões, foram propiciadas pelos proprietários das unidades agrícolas.<sup>8</sup>

Outra forma de controle utilizada nos engenhos eram as punições. As penalizações variavam e os desviantes podiam receber penas menos rigorosas, por exemplo, ser chamado à atenção. As mais severas poderiam resultar no não recebimento do pagamento pelas atividades realizadas, a dispensa do trabalho atual ou até a perda do local de moradia. A concessão de moradia e a ameaça de supressão dessa permissão poderiam servir como objeto de pressão a ser exercida no caso de desobediência a certas regras.

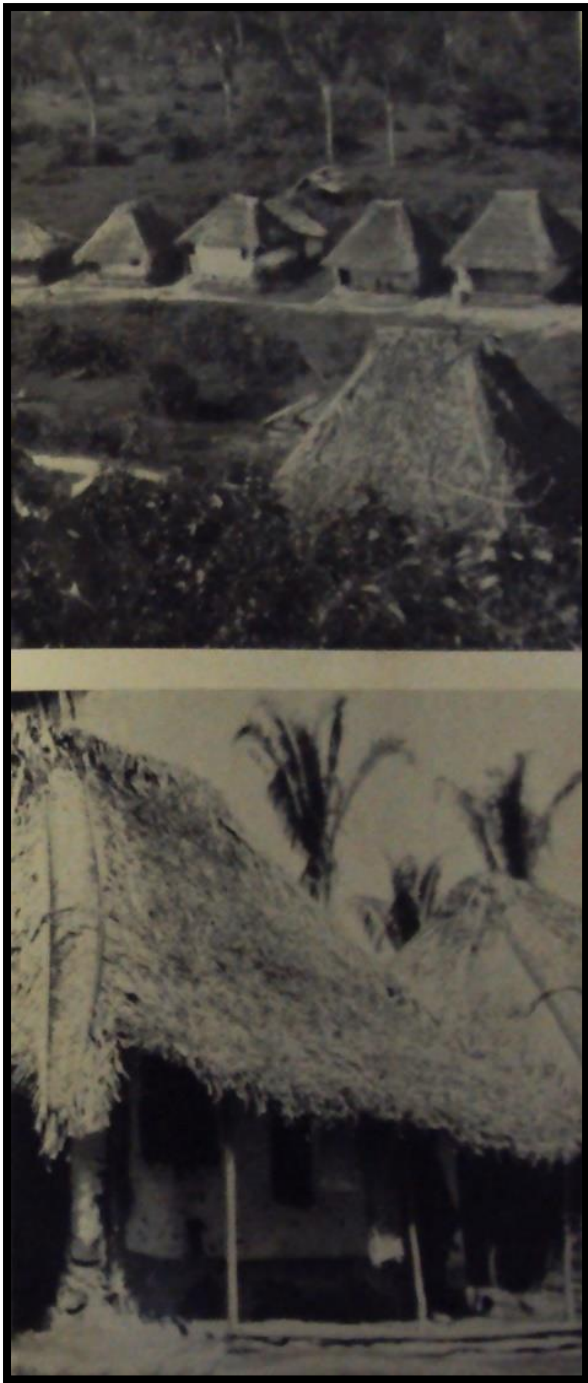
Isso pode ser observado na história de um morador do Engenho Prazeres, propriedade de Agostinho Alves de Barros. O senhor do engenho, tendo conhecimento de que um morador praticava furto, dirigiu-se a casa dele primeiro para adverti-lo do seu mau procedimento e aconselhá-lo a mudar de conduta. Caso contrário, não continuaria a morar no engenho.<sup>9</sup>

Os jornaleiros migrantes que trabalhavam nos engenhos durante a safra de cana-de-açúcar tinham que arranjar um lugar para morar enquanto estavam fora de suas localidades de origem. Ceder um alojamento acabava sendo um bom negócio para os donos dos engenhos. Dessa forma, os senhores teriam um contingente de trabalhadores com alguma experiência com a lida a sua disposição em qualquer dia e horário.

<sup>7</sup> COUCEIRO, Luiz Alberto. "A disparada do burro e a cartilha do feitor: lógicas morais na construção de redes de sociabilidades entre os escravos e livres em fazendas do Sudeste, 1860-1888". *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2003, V. 46, n. 1.

<sup>8</sup> BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. *Capitães e Mateus: relações sociais e culturas festivas e de luta dos trabalhadores*

*dos engenhos da mata norte de Pernambuco (Comarca de Nazareth – 1870/1888)*. Tese de Doutorado, Campinas, SP, 2011.



*Casas de trabalhadores dos engenhos.*  
 Fonte: DE CARLI, Gileno. *Aspectos açucareiros de Pernambuco. Rio de Janeiro, s.n., 1940, p.27.*

As senzalas dos engenhos, mesmo depois da abolição, serviram como moradias para os trabalhadores. No processo judicial em que a senzala foi mencionada, esse espaço serviu como local de moradia para trabalhadores de temporada

e solteiros.<sup>10</sup> A terminologia senzala, para indicar o alojamento dos trabalhadores residentes nos engenhos, permaneceu no imediato pós-abolição, sugerindo que os trabalhadores dos engenhos que residiam nestes espaços ocupassem posições “baixas” nessa sociedade.

As modalidades de habitação podiam ser as senzalas ou os casebres espalhados pelo engenho. Gileno de Carli, em 1940<sup>11</sup>, observou que as moradias dos homens que viviam nas lidas dos canaviais ainda eram semelhantes às senzalas do tempo do cativo. Em alguns engenhos, as senzalas foram construídas no estilo barracão ou eram pequenas casinhas; em outros engenhos podiam coexistir os dois tipos de construção. O referido autor apresentou em seu livro uma foto de uma moradia de trabalhadores de engenho, que ele indica como sendo uma espécie de senzala com elementos africanos.

Os trabalhadores locais deviam possuir uma casa modesta, com piso de terra batida, semelhante à foto apresentada no livro de Gileno de Carli. Em suma, os lugares e as condições onde habitavam os trabalhadores dos engenhos, fossem eles temporários ou permanentes, eram parecidos com as residências dos escravos.

De acordo com Manoel Correia de Andrade, os viajantes que estiveram pelo Norte do Brasil, no início do século XIX, e passaram pelos engenhos açucareiros observaram a existência de um número significativo de trabalhadores conhecidos como moradores. Os proprietários cediam a esses trabalhadores uma pequena extensão de terra nas áreas periféricas dos engenhos, denominados sítios, e também o direito de construir uma casa e

<sup>9</sup> Ofício da Delegacia de Escada 11 de novembro de 1878, folhas sem numeração, Fundo SSP, Delegacia de Polícia de Escada, nº 130 (1877-1887), APEJE.

<sup>10</sup> Juízo de Direito. Autora – A Justiça Pública Reu – Jeronymo Leonardo da Silva. Ipoja, 1889, MJPE.

<sup>11</sup> DE CARLI, Gileno. *Aspectos açucareiros de Pernambuco. Rio de Janeiro, s.n., 1940.*

de cultivar gêneros alimentícios ou ainda cana-de-açúcar para ser fornecida ao engenho. Em contrapartida, tais homens e mulheres deviam trabalhar de três a quatro dias semanais no engenho em períodos normais e com uma dedicação mais intensa nos períodos do corte e moagem da cana.<sup>12</sup>

A concessão de moradias no interior dos engenhos para seus trabalhadores foi possível, segundo Cristiano Christillino<sup>13</sup>, por conta da disponibilidade de terra livre dentro das áreas canavieiras. O autor questiona o que faziam os senhores de engenho com 80% de suas terras, já que somente 20%

delas eram utilizadas no cultivo da cana.

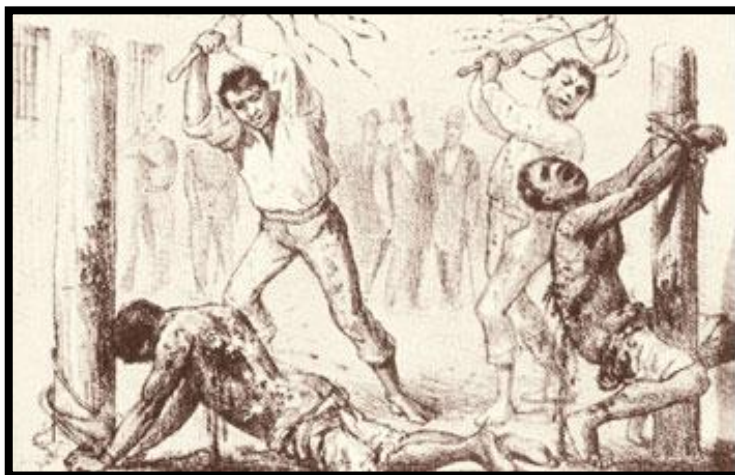
Provavelmente, grande parte destas terras ociosas foi utilizada para garantir maior fidelidade dos trabalhadores, por meio da concessão

de moradia. No contexto de final do regime imperial e da implementação da República, as relações de dependência e poder tiveram de ser rearranjadas. As elites políticas que disputavam o poder, influenciadas pelas oscilações na economia, readaptaram as relações de mando e dependência.

O sistema de moradia estabelecido nas últimas décadas do século XIX permitira, sob novas bases, a manutenção do poder dos senhores de engenho

sobre a mão de obra. De acordo com Moacir Palmeira, nos engenhos do Nordeste, no século XX, a permissão para morar em uma casa e para pequenos cultivos dentro do engenho trazia junto a obrigação de prestação de trabalho. Diante da iminência da abolição da escravidão em 1888, o grupo senhorial temia não poder mais contar com o serviço leal e devotado dos escravizados e de seus dependentes. Tal prática visava evitar que, a qualquer insatisfação, os empregados abandonassem os postos de trabalho na lavoura. Para manter os laços, mesmo que mais fracos, era necessário que patrões e empregados cumprissem minimamente suas obrigações. As relações

clientelísticas, ou seja, o costume de trocar favores por obediência e lealdade foi um padrão estruturante do sistema de moradia. Com isso não queremos dizer que nesse tipo de relação dispensasse



concessões, acordos, e que os trabalhadores livres ficassem desprovidos de poder de negociação.

Nem sempre as lealdades foram respeitadas e, a depender dos interesses em jogo, os laços estabelecidos entre trabalhadores e senhores poderiam ser desatados. Esse foi o caso do preto Felipe Ferreira, que se dizia um trabalhador morigerado e que foi lavrador por 16 anos em um engenho no município do Cabo. O proprietário pediu que ele se retirasse da casa que ficava em terras do engenho para dar a outro morador. Felipe, tentando evitar a sua saída, lembrou que

<sup>12</sup> ANDRADE, Manoel Correia de. "Transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste açucareiro". *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo - USP, v.13, nº 1, 1983, p. 77.

<sup>13</sup> CHRISTILLINO, Cristiano Luís. "A Zona da Mara Pernambucana e a Serra Gaúcha: apontamentos sobre a



tinha sido escravo do pai do dono do engenho e que, mesmo alforriado, não quis abandoná-lo e, por gratidão, tratou dele até a morte. Ele tinha em mente que tanta dedicação poderia evitar alguns constrangimentos. Contudo, o preto Felipe não foi atendido e, quando cuidava de suas plantações, foi agredido e obrigado a se retirar da casa, pois o novo morador já se encontrava à porta, com todos os seus objetos, para se mudar<sup>14</sup> Práticas como essa faziam parte do jogo de interesses e comportamentos em que aqueles que ocupavam posições de poder e status hierarquicamente superiores alijavam os trabalhadores rurais egressos do cativo e seus descendentes de “direitos” conquistados durante a escravidão. Talvez o liberto Felipe Ferreira não estivesse correspondendo às expectativas dessa rede hierárquica, e por isso perdeu o “direito” às concessões obtidas.

Existiam expectativas e obrigações de ambas as partes. Os moradores, ao trabalharem nos engenhos, esperavam em troca proteção e salário. Os senhores, por sua parte, exigiam a prestação de serviço contínuo e fidelidade.

A expectativa patronal era de dedicação absoluta ao trabalho, não permitindo indisposições e folgas. Os trabalhadores livres usufruíram da prerrogativa da mobilidade a fim de estabelecer e negociar novas relações de trabalho e tratamento, em uma sociedade ainda marcada profundamente pela escravidão. Os trabalhadores não aceitavam passivamente os excessos por parte dos seus patrões ou das pessoas responsáveis por gerenciar a sua lide, por isso indivíduos livres abandonavam seus postos quando julgavam que enfrentavam situações intoleráveis.

A relação dos agregados, por exemplo, supunha quase que inevitavelmente vínculo pessoal com o proprietário da unidade produtiva ou com uma família que residia nela, dentro da lógica paternalista. A recepção de agregados e moradores atendia a múltiplos propósitos, a acumulação de mão de obra nos parece a mais evidente. Esses moradores podiam também cumprir a função de eleitores ou compor uma milícia particular. Qualquer que fosse a situação do agregado, as vantagens nesse tipo de vínculo eram mútuas, apesar de não excluir explorações e desmandos.

---

**Maria Emília Vasconcelos dos Santos** é Doutora em História Social da Cultura pela Unicamp e professora substituta no Centro de Educação da UFPE e da FBV. [mariaemiliavas@hotmail.com](mailto:mariaemiliavas@hotmail.com)

---




---

de *Pesquisa Histórica*, n.30.2, Recife, UFPE, 2013.

<sup>14</sup> *Jornal do Recife*, 14 de fevereiro de 1889, p.2. FUNDAJ.